

*Instituições e geração democrática: As jornadas de junho e julho de 2013*¹

Deivison Souza Cruz (Mestre em Ciência Política – UFMG)

José Roberto Bonifácio (Sociólogo – UFES, Especialista em Ciência Política – IUPERJ)

“...os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis, e estas das desordens que quase todos condenam... o desejo que sentem os povos de serem livres raramente prejudica a liberdade, porque nasce da opressão ou do temor de ser oprimido...”
Machiavelli (1994, Cap. IV, pg's 32-33)

Introdução

O presente texto busca consolidar uma série de *insights*, vistos pela ótica das relações micro-macro, do processo de mudança social cujos eventos centrais são as manifestações sociais de 2013 no Brasil. Tais protestos precisam ser compreendidas em termos de incidentes de longo e curto prazo e o curto e de tempo longo. O enfoque maior relaciona-se ao fator geracional e ao papel das instituições diante delas.

No período 2003-2011 a forte expansão econômica promoveu, em paralelo, a redução da desigualdade e aumento de 78% da renda das classes C e D, enquanto os setores médios tradicionais cresceram sua renda em 9%. Esse pano de fundo foi um dos ingredientes latente que contribuiu com as manifestações.

No início de 2013 ambos os segmentos convergiram expectativas pessimistas de desaceleração econômica, elevação da inflação e do desemprego, e queda de rendimentos. Ao mesmo tempo, a baixa qualidade das políticas públicas, o caos do trânsito nas grandes cidades com o aumento do número de carros em circulação e a suspeição quanto aos gastos nas obras da Copa do Mundo e Olimpíadas.

Compondo uma mistura de alta octanagem, a propaganda governamental de entrada do Brasil no 1º Mundo chocou-se com a experiência cotidiana dos brasileiros. A “fagulha” da repressão policial ao aumento das passagens de ônibus nas cidades, tomando a cidade de São Paulo como epicentro e seguidamente outras capitais, fez com que o “paiol” explodisse e tomasse a forma de manifestação de massas.

Advindos de vários segmentos sociais, e ao invés de expressarem uma “geração perdida” ou uma vertente econômica de “bônus geracional” politicamente passiva, os jovens

¹ Texto escrito entre os 22/07-16/08. Agradeço as contribuições de Emílio Fontes e dos debatedores do evento para as reflexões aqui expressas. Evidentemente, as posições são de responsabilidade dos autores.

promoveram um impulso contestador as instituições de Estado, partidos e movimentos sociais clássicos.

Em função disso, é certo afirmar que as mobilizações transformaram-se no desaguadouro de várias tensões, sejam elas econômicas, políticas e sociais frente aos governos. De modo ruidoso, essa geração mandou o “recado das ruas”, e o resultado mais perene terá sido a mudança de atitude das gerações. O alcance, a profundidade e o significado de tal mensagem está por ser compreendido.

De imediato, importa compreender as origens e os fatores que influenciaram nas manifestações, como tais manifestações se relacionam com os movimentos sociais clássicos e partidos políticos e qual o impacto destas no futuro próximo, em especial as eleições de 2014? Este texto relaciona tais questões e aponta alguns elementos como possível resposta.

O descontentamento convergente e com forte questionamento as instituições tomou a forma. Se em certa medida expressou a politização dessa geração pela consciência sobre os problemas sociais, por outro mostrou os limites frente as instituições vigentes e a compreensão dos problemas dessas instituições.

1. O passado recente

1.1. Um cenário em aberto

As manifestações do Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo em junho de 2013 resultaram, em uma inflexão imprevista em 20/06/2013. Além dos R\$0,20 (vinte centavos), o afluxo de demandas e participação de mais de um milhão de pessoas em várias metrópoles brasileiras resultou em perplexidade governamental e em temores sociais. A surpresa foi que o descontentamento generalizado e difuso (no tocante à diversidade de demandas de políticas públicas), não se processou pelos canais e instâncias institucionais tradicionais, como partidos, sindicatos, associativismos e movimentos sociais.

Para além da denúncia de problemas concretos de políticas públicas, as mensagens e expressões do tipo *hashtags* “o gigante acordou” e “não me representa” saltaram das redes sociais para os cartazes das manifestações, fenômeno este que configura um problema de pesquisa, do qual o aspecto central a se ressaltar é a emergência de uma identidade geracional. Para compreender tal geração é preciso partir de aspectos concretos para as expressões que lhes são traduzidas.

De um lado o discurso do Brasil potência emergente no cenário internacional, cujas evidências seriam a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, o peso econômico-financeiro do BRICS, tudo isso ancorado pelo crescente poder de compra da nova classe

média e o vigor dinâmico da demanda doméstica no crescimento econômico. De outro os problemas cotidianos de mobilidade urbana, a baixa efetividade das políticas públicas de saúde, educação.

Adicione-se a isto o descrédito dos partidos políticos, a baixa produtividade legislativa do Congresso, a emergência de parlamentares e agendas conservadoras. Acrescente a esses ingredientes o declínio das emissoras televisivas abertas e dos meios de comunicação tradicionais, a emergência das redes virtuais e das chamadas “mídias sociais”.

Muitos os elementos apontados já se encontravam presentes no médio e curto prazo e eram de amplo conhecimento. O caos urbano decorrente do dinamismo econômico dos últimos anos resultou em incentivo ao uso massivo de automóveis individuais e à consequente precarização das vias públicas, com baixo investimento em transporte coletivo. A generalizada noção de ineficiência estatal elevou-se com a percepção de desperdício e corrupção com as obras da Copa do Mundo de Olimpíadas, com as demoradas e necessárias obras de infraestrutura e logística produtivas (portos, aeroportos, hidrelétricas, rodovias, ferrovias etc.) e os poucos resultados dos contratos de concessão. O início de 2013 foi “coroadado” pelo temor a volta da inflação e da estagnação econômica.

Embora não se saiba em que medida cada um destes fatores contribuiu para as manifestações de massa, a cobrança de respostas por parte do poder público fez com que os governos partissem para uma pauta dúbia de entre “ouvir a voz das ruas” e repressão e desmoralização das manifestações. Atacada, a mídia tradicional, viu-se disputando espaço para suas versões das manifestações com a “Mídia Ninja” (com um olhar por dentro das manifestações) e compartilhamentos de conteúdo nas redes sociais.

A popularidade da presidente Dilma caiu ao menor nível histórico, e a do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, caiu abaixo de 30%. Prognósticos pessimistas quanto ao impacto nas eleições de 2014 tornaram-se preocupação comum a diversos chefes de Executivos nas três esferas de governo. Assim sendo, o pacto em torno da efetividade das políticas públicas proposto pelo Governo Federal aos entes subnacionais deve ser compreendido neste sentido.

Passados menos que seis meses, há quem considere cedo para conclusões. Mas as perguntas referem-se aos sinais de mudanças sociais profundas apontadas pelas manifestações. Há análises que com ênfase na tecnologia (redes sociais e aparelhos portáteis), fatores internacionais (manifestações nos EUA, Europa e países árabes), econômicos e sociais (privação relativa, mobilidade social ascendente e equalização de *life chances*, inflexões societárias em sentido materialista e pós-materialista), bem como a dimensão político-

institucional envolvida nos protestos (oligarquização dos partidos, inoperância e sobrecarga governamentais, lentidão e desigualdades no acesso à justiça, paralisia e barganhas espúrias no Legislativo, baixa permeabilidade das instituições políticas, limitações orçamentárias e explosão da dívida pública etc).

Embora tais fatores sejam mais visíveis e sua importância reconhecida, falta uma explicação ao fato dos jovens serem presentes em maior número nas manifestações. Embora haja quem considere tal fenômeno como natural, a resposta mais precisa tem em conta os fatores geracionais. O discurso da presidente, em seu sentido mais amplo, buscou conectar gerações e resgatar o papel das instituições no processamento das demandas sociais em uma democracia.

1.2 O pavio e o paiol

Embora haja quem afirme que os acontecimentos que antecederam as manifestações de meados de 2013 teriam como fim inevitável o desfecho ocorrido, outros desfechos seriam possíveis, principalmente se reconhecido o papel e a centralidade de políticas estatais, a permeabilidade institucional e a ação das polícias consoante com o Estado de Direito. Tais medidas evitariam ao menos a proporção das manifestações.

Cabe reconhecer, entretanto, que a repressão policial abusiva sobre manifestantes e jornalistas foi o erro primário que detonou o *stress* social latente transformando-o em apelo emocional generalizado que se difundiu pelo conjunto da sociedade. Governos estaduais como os de São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, dentre outros, acreditaram que bastaria lançar a opinião pública contra o que diziam ser uma “minoria” e assim a normalidade estaria restabelecida. Eis que a melhor explicação das “jornadas” decorreria dum efeito não-antecipado das ações intencionais dos agentes políticos e sociais.

Os mesmos não souberam compreender, na velocidade e acurácia adequadas, os fenômenos de fundo que estavam em jogo naquela conjuntura, em especial a capacidade de disseminação de ideias, de mobilização social, bem como o próprio descontentamento social com as políticas de governo. Disso resultou o apoio de 79% da opinião pública às manifestações (IBOPE; CNI, 2013) e a queda da popularidade da presidenta Dilma Rousseff para 31% dos entrevistados. Na mesma pesquisa é possível perceber que tal fenômeno expressou a insatisfação com as elites políticas em geral, elevando a incerteza quanto ao futuro político de diversas lideranças.

Embora os desafios em torno da mobilidade urbana e demais políticas públicas sejam há muito conhecidos, as mudanças no sentido de maior efetividade destas tem sido lentas e

contraditórias com a propaganda de ingresso do Brasil no primeiro mundo. Ainda que a propaganda governamental mostre-se ufanista, o fato é que os mandatários operam em um quadro demandas estáticas.

As métricas de avaliação da população quanto as políticas públicas mudaram para os parâmetros de primeiro mundo, mas a efetividade destas políticas não. A ideia de estádios de futebol de primeiro mundo com políticas públicas de terceiro mundo tornaram difícil justificar o sacrifício cotidiano em prol de um espetáculo ao qual a maior parte pouco ganharia.

Os agentes políticos e a máquina estatal persistem num quadro demandas estáticas, exceto quanto ao marketing. Inicialmente os governos alimentaram a crença errônea que a insatisfação social seria improvável em um contexto de melhoria de indicadores sociais e econômicos - vide baixo desemprego, ganhos dos salários, redução da desigualdade e pobreza.

Quando efetuaram a correção deste frame – vide p.ex. o discurso presidencial na recepção ao Papa Francisco I para a Jornada Mundial da Juventude, onde se abundam hipóteses sociológicas *a La* Tocqueville (1998) e *a la* Aron (1967), como veremos – os desdobramentos da onda de manifestações já haviam adquirido amplitude, contornos e dramaticidade particularmente críticas. Enquanto acreditava associar-se à imagem da ordem e da estabilidade, inadvertidamente a repressão policial fez com que os mandatários fossem associados ao autoritarismo.

Em meio ao gás lacrimogêneo, a agressões físicas e a tiros de bala de borracha, o sociólogo Soares (2013) identificou que os setores médios perceberam na pele que o *modus operandi* policial contra os pobres era inconsistente com a democracia. As evidências de abuso vão desde ataques a jornalistas, manifestantes, advogados (OAB). A suspeita de infiltração de policiais nas manifestações com intuito de causar tumultos e o sumiço do pedreiro Amarildo Dias após abordagem policial na UPP da Rocinha (Unidade de Polícia Pacificadora) tiveram destaque.

As ruas transformaram-se em palco de disputa entre segmentos diversos. De conservadores envoltos na bandeira nacional, gritando “Fora Dilma” e agredindo militantes de esquerda, até ativistas usando táticas “Black block” e anarco-punks buscaram atacar “símbolos do capitalismo”, passando por neonazistas e neofascistas buscando marcar território. Em meio aos jogos da Copa das Confederações, a resposta governamental em defesa da lei e da ordem tornou as manifestações segmentadas apenas em estudantes universitários e movimentos sociais dispersos.

2. Estrutura urbana e mercado

2.1. Cidade e mobilidade

Com a redemocratização na década de 1980 e o processo de urbanização acelerada das décadas anteriores as manifestações estudantis contra o aumento de tarifas de transporte sempre fizeram parte da cena urbana brasileira. Tais demandas se incluem em uma agenda cidadã mais ampla, que envolve também o ordenamento e a disputa do solo urbano, a habitação, os serviços públicos e a melhoria da infraestrutura nos bairros (ver CALDEIRA, 1976). Nem as manifestações nem as demandas são novidade.

O crescimento econômico da última década aprofundou problemas já existentes de mobilidade urbana, segregação sócio – espacial e especulação imobiliária. Conjuntos habitacionais foram construídos distantes dos centros e as vias urbanas não cresceram na mesma medida que o número de carros de passeio. As obras da Copa e Olimpíadas criaram a sensação que a infraestrutura para “inglês ver” e distante de solucionar problemas estruturais cotidianos.

Com milhões de carros as avenidas ficaram mais estreitas, elevando o tempo despendido em mobilidade, elevando o stress e reduzindo a eficiência econômica. O caos urbano é visto como sinal de pouca importância dada a pauta da mobilidade por parte dos governos. “Cidades Sustentáveis”, com o incentivo ao transporte público e ao uso de bicicletas transformaram-se em panaceia cuja evidência é o atropelamento e o braço decepado de um jovem ciclista na manhã de 10-03-2013 na cidade São Paulo.

Manifestações e protestos não ocorreram antes devido à capacidade incremental de adaptação social e das instituições políticas a cenários adversos. Desde que as mudanças sejam lentas, as pessoas convivem com os problemas, não impedindo que sigam outros domínios de vida de modo normal. Exemplo é o crescimento dos índices de crime nas últimas décadas. Embora eventos cotidianos sejam traumáticos para quem os vivencia, o fatalismo e elevações lentas por anos seguidos faz com que as pessoas em geral se adaptem ao ponto que as instituições passem a administrar o problema ao invés de resolvê-los.

As pessoas estão expostas com maior frequência aos problemas de mobilidade urbana do que ao crime ou a problemas de saúde. Por outro lado, a baixa qualidade educacional apresenta efeitos deletérios no tempo longo, tornando difícil identificar responsáveis diretamente, exceto por falta de vagas, infraestrutura ou corrupção explícita. Em outras palavras, problemas de mobilidade impedem ou dificultam que as pessoas realizem atividades cotidianas diversas e afetam segmentos maiores da população do que outros serviços públicos

usados exclusivamente pela população pobre, sendo por isso que foram o estopim para outras demandas.

A pressão em torno do uso do tempo de modo geral e a busca de eficiência econômica terminam por envolver percepção comum de degradação do setor público. O peso das passagens pesa sobre os de menores rendimentos. Ainda que uma larga parcela dos estudantes não sejam pobres, dependem economicamente dos pais e experimentam a situação com a percepção dos que não podem se manifestar. As pessoas não estão dispostas a pagar R\$0,20 a mais por um serviço qualitativamente ruim. Mas poucas podem se manifestar politicamente a esse respeito dados os custos e incertezas envolvidos na tomada de decisão individual. Uma vez que todos se acham no domínio das perdas e estas se concentram mais sobre determinados indivíduos detentores de maior nível de informação e interesse na questão o grupo se prontifica ao risco da ação coletiva (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979; OLSON, 1999).

A insatisfação expressa pelo MPL foi a de quem convive com o problema. Para que não sejam vistas como oportunistas, as respostas imediatas (como os investimentos de R\$50 bilhões para obras de mobilidade urbana (metrô e corredores de ônibus) e isenção fiscal sobre óleo diesel e energia elétrica paratransportes públicos) precisam ser acopladas num quadro de soluções mais amplas no qual as cidades sejam planejadas para as atuais e futuras demandas das gerações vindouras.

Na medida em que expressa demandas do cotidiano urbano, a tendência é que as manifestações persistam e tornem-se problemas comuns para governos de diversas matizes ideológicas. De longa data, o problema cresceu nas últimas décadas os governos a reduzirem a sua capacidade de planejamento e mostrou-se com o crescimento econômico recente. O desafio atual é que esse tempo perdido precisa ser compensado, pois os custos menores são as manifestações, e os maiores são incalculáveis.

2.2. Materialismo e pós-materialismo

As manifestações foram um ponto de intersecção da curva de insatisfação difusa, e econômica, de dois segmentos populacionais cuja renda cresceu em velocidade distinta na última década. De um lado a “nova classe média” ou “expansão da classe trabalhadora”, que cresceu de 37% da população para 55% e cuja renda mediana das famílias cresceu 78% no mesmo período, nos termos do governo federal (ROUSSEFF, 2014). De outro a estagnação relativa do crescimento do rendimento da classe média tradicional, que mantiveram uma composição de 11% da população e cresceram apenas em 9% sua renda no mesmo período.

As implicações dessa diferença de mobilidade apresenta consequências diversas. Ocorre maior pressão sobre serviços antes restritos a antiga classe média, vide aeroportos e espaços de consumo (CAPITAL CAPITAL, 2011), e também “inflação de serviços” – educação, saúde e segurança privados - majoritariamente consumidos por este segmento (FUCS *et al.*, 2013). Há também crescente percepção de perdas financeiras e ressentimentos, onde os filhos desse segmento vivenciam um novo ambiente com maior competitividade e incerteza de status.

Dentre os que ascenderam, as expectativas crescentes de renda caminharam em paralelo com o endividamento das famílias. Porém, no início de 2013o temor quanto a inflação, redução do crescimento econômico e elevação de desemprego engendrou incerteza nas famílias se possível contingenciamento de gastos. Uma hipótese é que expectativas ou contingenciamento financeiro de fato intrafamiliar reverberou nos jovens. Estes, com inserção precária no mercado e custos crescentes decorrentes do maior acesso ao ensino superior, fazendo com que o descontentamento rebatesse sobre os governos.

Esse duplo descontentamento advindo das trajetórias distintas de renda, e o impasse do crescimento econômico explica porque o traço comum é mais anti-institucional do que classista. Em termos econômicos, ambos os estratos se revoltam contra os governos como responsáveis tanto pela corrupção, caos urbano e baixa eficiência das políticas públicas. O enfoque diferencial é que a antiga classe média identifica com maior ênfase a liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) como o prócere da corrupção, e o segundo grupo foca nas demandas sociais e, no limite, vê o problema da corrupção indistintamente.

Thimoty Power (2013) apontou bem os elementos pós-materialistas expressos pela busca de qualidade de serviços públicos. Nesse sentido, a chamada “*luta de classes*” foi tangencial, e o que se viu foi uma pluralidade de demandas “competindo” de forma desordenada, caótica e simultânea por atenção da mídia, na internet e pelo público formador de opinião, nas ruas e mídias sociais. É nesse ponto que tornou-se visível a fragilidade dos legislativos como processadores de informação e filtros institucionais.

Nesse sentido que ganharam visibilidade questões já conhecidas, vide etnia (discriminação racial, desigualdade social e ações afirmativas para negros, demarcação de reservas indígenas, orgulho “euro-descendente”), gênero (descriminalização do aborto, violência contra a mulher), sexualidade (união civil homossexual), empresarial (lobby pela redução dos impostos e desburocratização da máquina pública), religião (emergência dos evangélicos, violência contra cultos afro-brasileiros, reafirmação política do catolicismo

ameaçado de redução do “rebanho”), meio ambiente (como o Código Florestal), PEC 37 (limitação do poder de investigação do ministério público).

A baixa evidência Assim sendo ganha relevância para este estudo a noção de mudanças sociais em sentido pós-materialista, as quais dizem respeito, na esfera de indivíduos e grupos, ao deslocamento das demandas de coisas do cotidiano mundano para coisas mais transcendentais. Esta dicotomia de prioridades se expressa pela relação entre demandas concretas em termos de tarifas baratas e qualidade de políticas públicas – indo além, portanto, da mera provisão de política – até bens coletivos “intangíveis” como *accountability*, responsividade governamental e representatividade institucional. Estas últimas porém não são tão pós-materialistas assim, pois sua ancoragem empírica é perceptível, sobretudo nos eventos de protesto aqui analisados.

Com indicadores apontando baixo desemprego e inflação moderada, seria difícil crer que recessão esteja no horizonte temporal das famílias brasileiras. Mas o temor a essa é bem provável que sim. Sinalizações nesse sentido ocorreram ao longo do primeiro semestre e contribuíram para o descontentamento, pois “*não foi apenas o preço do tomate que aumentou*” (VERSIGNASSI, 2013). Por isso, é ilusório crer que manifestações diminuiriam em função da melhoria social e econômica vivenciada nos últimos anos.

Estudiosos diversos (ARON, 1967 caps. 5, 8 e 16; HOBBSBAWM, 1995 cap. 9; ROCHA, 1992; TOCQUEVILLE, 1971 cap. 16) demonstraram que manifestações, protestos em esmo rebeliões por motivação econômica tem mais chances de ocorrerem após períodos de rápido crescimento justamente pelo temor dos indivíduos de perderem o que conquistaram (expectativas negativas ascendentes) ou ainda de voltar ganhar aquilo que outra ganhavam (expectativas positivas descendentes).

Maior privação relativa em um quadro de melhoria de qualidade de vida ocorre porque as pessoas modificam o padrão de consumo precedente, com novas demandas e expectativas, adquirem preferências mais exigentes quanto à qualidade dos serviços e passam a comparar o seu padrão de vida com outros segmentos antes vistos como social e economicamente distantes na estrutura social. Portanto, ficam dependentes de maior renda ou das expectativas de crescimento de renda. Ou seja, na medida que as distâncias sociais mudam, o sentimento de privação ocorre tanto da classe média tradicional face à nova classe média quanto o inverso.

A opção pelo mercado (“exit” nos termos de HIRSCHMAN, 1991) nos serviços de saúde, educação e segurança levam às bandeiras de redução de impostos para os setores médios tradicionais, e os preços relativos seguem a aumentar, fomentada pelas expectativas dos

agentes de mercado de elevarem o lucro em face a maior demanda. O peso dos impostos e custos de serviços faz com que a “nova classe média” se veja impedida de consumir em função de seu maior endividamento familiar. Essa pressão pela redução de impostos e, ao mesmo tempo, por escolas e hospitais dentro dos critérios do chamado “Padrão FIFA” são coerentes em um enquadramento de eficiência do setor público, mas contraditórios com a expansão dos gastos públicos.

É neste ponto que, embora os setores médios sejam mais presentes em manifestações e aleguem ser tal fator uma evidência do baixo lastro social nos segmentos mais pobres, viu-se efetivamente esta última representada na crítica à qualidade dos serviços públicos. É nesse sentido que a expressão (elusiva) de uma esfera pública encontra-se no epicentro das manifestações tal como representado nas redes sociais. É o nível de responsabilização dos governos pelo quadro crítico que pode diferenciar os formadores de opinião.

Embora a “alienação” dos jovens seja perceptível em termos de seu processo diferencial de socialização (hoje cada vez menos em espaços como a família e a escola e cada vez mais via internet e outras tecnologias), as demandas mais frequentemente apontadas exibem coerência. O momento atual configura um quadro de transição em que aspectos materialistas ainda são importantes, e apontam também para um futuro próximo de crescimento de demandas pós-materialistas. Exemplo é que a chamada “*não é por R\$0,20, mas por direitos*” unifica prioridades tanto econômicas quanto normativas.

Neste sentido, se acham elementos imateriais como “ética na política”, decência, moralidade e questionamentos quanto à representatividade dos partidos e instituições democráticas. Tais demandas não sintetizam uma agenda efetiva. A preponderância das iniciativas do Governo Federal em lançar projetos e medidas visando coibir a corrupção reforça o traço da dispersão deste sentimento difuso que vai muito além da categoria juvenil.

Por seu turno, movimentos de minorias, como o movimento LGBTQTS (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e simpatizantes) e “Marcha das Vadias” possuem alta reverberação na opinião pública e meios midiáticos. Tais grupos representam o pós materialismo em sua resistência contra a agenda conservadora e “fundamentalista” da Câmara dos Deputados, que temem legisladores Marco Feliciano (PR) e Jair Bolsonaro (PP) os protagonistas do ataque às instituições do Estado laico.

3. O passado presente

3.1. Redes sociais e influências internacionais

O protesto contra a baixa qualidade das públicas tornou-se lugar comum nas redes sociais pelo fato de ser algo rotineiro na vida real dos indivíduos e grupos. Embora seja vista com expressão distorcida, a diversidade de conteúdo com esta temática tem relação com a experiência cotidiana. Exemplos são inúmeros: críticas aos fatos do ex-presidente Lula ter feito tratamento de câncer em hospital particular ao invés do SUS, do salário dos professores comparado aos dos deputados, das denúncias de condições de trabalho nas escolas, do descaso com a segurança pública e os excessos policiais, dentre outros.

O que as manifestações demonstraram é que o fato destes problemas serem a muito conhecidos mostra que as redes sociais tornaram-se um meio de difusão da insatisfação e da manifestação política. O fato é que o apelo à participação engajada teve efeito real quando os governos reprimiram as manifestações. Na visão dos participantes, a repressão policial as manifestações serviu para confirmar os prognósticos negativos previamente existentes, criando uma “área de igualdade” ou “identidade coletiva” entre indivíduos e grupos variados, enfatizando o imperativo de solidariedade e de resposta à altura (ver PIZZORNO, 1966, 1968).

O principal erro por parte dos governos foi menosprezar as opiniões expressas nas mídias sociais. Tal posicionamento é um ponto de vista ancorado em uma visão geracional que vê essas posições como residuais frente a dos movimentos sociais e instituições representativas. Ainda que com custos menores do que ir às ruas, compartilhar, escrever ou marcar positivamente uma postagem opinativa deve ser vista com uma manifestação. Todavia, os limites para tais manifestações referem-se à dispersão temática, ao baixo comprometimento (preferência sincera) e à frouxidão dos vínculos, pertencimentos e lealdades. A maior fonte de pressões da opinião pública virtual ocorre quando há centralidade e associação com a atuação governamental, mudando a postura dos gestores políticos pelo temor quanto aos efeitos nas eleições de 2014.

As manifestações mostraram o imbricamento das conexões entre o “ativismo de sofá” e de rua. A não hierarquização das redes sociais expressou-se no ativismo presencial. Hardt (2013) chama a atenção para o “poder destituente” das manifestações e a emergente “multidão” – autoconsciente como tal – como fenômeno incapaz de ser contido pelos partidos, lideranças e governos (ver também HARDT; NEGRI, 2009; HARDT, 2005). Enquanto meios, tecnologias de redes sociais possibilitaram horizontalidade e pluralidade, expressando formas de resistência às relações hierárquicas de poder.

Nesse sentido, singularidades e similaridades podem ser encontradas a depender da comparação de lugar, indo dos EUA, Europa, países árabes e, agora o Brasil. Embora apresentem sucesso relativo em contrapor agendas e destituir governos, a grande dificuldade desses movimentos, afirma, é criar alternativas “constituintes”. Ainda assim, o conteúdo pragmático é distinto. Lutas antiglobalização nos EUA e Europa contrapunham-se fortemente à perda de direitos.

O que se apontou como primavera árabe apresenta componente de luta contra regimes políticos de restrição das liberdades, ou mesmo o temor quanto a islamização, como é o caso da Turquia. No Brasil, ao contrário, mesmo sacudindo a sociedade, a manifestações não chegaram a configurar nem poder *destituinte*, nem constituinte. Os efeitos, em ambos os casos, referem-se aos impactos de médio e longo prazo dessas manifestações.

A interpretação majoritária é que o conteúdo relaciona-se à necessidade de expansão de direitos, sendo os efeitos imediatos a queda vertiginosa de popularidade dos governos, com possíveis impactos nas eleições em 2014. A questão, é que as manifestações são um claro desafio às instituições de governo e dos partidos que, vistas como ineficientes, oligarquizados e distantes dessa nova geração, veem-se obrigadas a darem respostas a uma miríade de problemas.

A relação entre ativismo e novas tecnologias desloca cada vez mais o papel informacional para sujeitos anônimos e difusos na sociedade, desafiando a centralidade das mídias clássicas. Os jornais e a TV tem menos espaço a cada dia para a produção e disseminação espalhada no conjunto da sociedade. A reputação dos meios de comunicação empresarial são confrontados com vídeos e fotos dos próprios participantes das manifestações e suas redes.

Esse componente tecnológico, expresso pelas redes sociais, aparelhos portáteis e incentivo à produção apresenta componentes individualização crescente, mas também que identidade compartilhada tem menos a ver com hierarquia, e sim com compartilhamento de pontos de vistas e conteúdo. Rotular os jovens do ponto de vista do uso de tecnologias (*tablets*, *smartphones* e redes sociais) - a chamada “Geração Y”, em detrimento ao modo como esta geração compreende a política e sociedade de modo autônomo e menos hierarquizado constitui-se em reducionismo.

O que importa é que a democracia refere-se a confiança em conteúdo compartilhado e o comentário às postagem confronta-se diretamente com autoridade unidimensional dos grandes canais de TV e jornais de grande circulação. O ataque frontal à Rede Globo demonstra o grau de descrédito das empresas de comunicação. De certo modo, colhem por parte da população desprezo igual ao que difundiram contra a política e as instituições.

3.2. Gerações rápidas

Questões relacionadas à juventude ganharam relevo recentemente, e as manifestações realçam mais ainda a demanda por estudos capazes de ir além do nível descritivo. Configurando uma agenda clássica iniciada por em Mannheim (1928, 1952; ver também WELLER, 2010), trata-se de responder questões mais amplas, como processos comuns de socialização, vínculos e conflitos, oportunidades sociais, vivência em grupos, identidades e expressões culturais e coletivas. Muito mais que traçar perfis, trata-se de compreender como os jovens consideram sua vivência em termos de obstáculos e oportunidades, e como se colocam como cidadãos, seu engajamento ou alheamento das instituições.

Nesse sentido, o volume das manifestações apontou mais do que a precariedade da infraestrutura de serviços públicos, ela identificou os governos lenientes ou causadores. Protestos podem ser vistos como um termômetro de conformidade social da população e das novas gerações com a ordem social mais ampla. No primeiro caso, os mesmos tido apoio de vários segmentos sociais que, por estarem vinculados diretamente ao sistema produtivo ou serem por demais pauperizados, exibem menor disponibilidade para o ativismo político direto, passando a apoiar via opinião pública.

No segundo caso, as manifestações quebram a letargia e apatia política da juventude. Os novos eleitores expressam uma identidade coletiva distinta das gerações que lutaram contra a ditadura e pela redemocratização. A atual geração exige uma reflexão distinta da construção democrática, a pergunta é sobre que identidade é essa? O que é mais óbvio é lançar um questionamento ao atual comodismo das gerações anteriores em face dos problemas atuais da democracia.

Essa geração não lutou contra a ditadura em 1968, não marchou pelas Diretas (1983-84), não participou do Fora Collor (1991). Essa geração desconhece os regimes de exceção, as privações dos anos 1980, a hiperinflação e desemprego dos anos 1990. Genuinamente nascida na democracia, e alcançando proeminência com a ascensão de governos de centro-esquerda nas últimas décadas, também não vê como devedora dessa tradição de lutas pelo fato de não ter sido socializada politicamente em função do processo de luta contra a ditadura ou pela redemocratização.

Em outras palavras, a agenda dessa geração fecha o ciclo de lutas pela redemocratização, e tenciona para decisivamente para a qualidade das políticas públicas e políticas de reconhecimento. Embora não inicie o ciclo de reivindicações “gerenciais” ou pós materialistas, as manifestações iniciam esse novo ciclo frente a baixa permeabilidade

institucional. O caráter de ruptura se dá, mais precisamente, pelo fato dessa geração estar fora das instituições e dos movimentos sociais clássicos e partidos.

Em face da oligarquização e baixa permeabilidade dessas organizações, a crescente batalha midiática entre opositores e defensores do atual governo e seu legado, criou abriu um fosso onde parte da nova geração descolou-se para fora da dicotomia ideológica, culpando-as por ambas as posições indistintamente. Tratar-se-ia, em termos de valores e crenças, de um eleitorado mais escolarizado, mais individualizado, materialista e consumista, no qual a pluralidade de subculturas juvenis oferecem suporte a novas linguagens e estilos de vida. Tal público, sobretudo urbano, é mais exigente quanto ao Estado e menos tolerante a desvios de conduta dos representantes e mandatários (conforme ALMEIDA, 2004). Todavia, a orientação ideológica resultante deste processo e sua relação com as instituições democráticas tem sido visto como controverso. A mobilização dessa minoria expressa o descontentamento difuso, e certamente influência no posicionamento do conjunto do eleitorado, mas é difícil mensurar a magnitude e a latência dessa influência nas eleições 2014 e subsequentes.

Visto como um fetichismo da tecnologia, e mais precisamente como uma expressão do “pensamento mágico” que conecta informação com poder, Chauí (2013a, b) tem sido uma das vozes céticas as consequências progressistas das manifestações, e chama a atenção para os aspectos de recusa aos meios, transformação das manifestações em eventos, a indiferenciação e o déficit de identidade de classe.

A resposta à questão cabe às instituições políticas vigentes. Têm sido pouco eficazes em enquadrar os problemas em termos de efetividade da lei e da necessidade de ordem pública. Os dados mais recentes de pesquisas de opinião pública revelam que os governos que ordenaram maior repressão policial usaram as forças policiais como “coveiros” de sua popularidade (IBOPE; CNI, 2013). Falta de canais de diálogo e resposta militar desproporcional tem reforçado a posição de grupos extremistas.

Ao que pese a repressão policial ter levantado propostas de desmilitarização das polícias (FARIAS, 2013), o movimento as vésperas da Copa do Mundo tem sido no sentido de expandir o papel de polícia por parte das forças armadas. A reação militarizada sinaliza ser o padrão frente as manifestações. Esse parece ser o movimento institucional a conferir pelo teor de recentes documentos oficiais na área de defesa (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013).

Pode-se dizer assim que há seis aspectos vinculados. Trata-se, primeiramente, da temporalidade: as novas gerações vivem num futuro imediato (conforme HOBBSAWM, 1995), demandam respostas mais rápidas e terminam por descontar efeitos futuros de suas

escolhas. Na modernidade, os cidadãos, as instituições políticas e os agentes políticos operam em temporalidades nem sempre lineares, e nem sempre convergentes.

Os agentes de que falamos operam em tempo curto e refletem compromissos tácitos entre segmentos estruturados fora do jogo político daquelas. Em resumo, as instituições são lentas. E o problema é que tem operado de forma muito mais defasada face às mudanças recentes. O segundo aspecto reflete-se na estrutura de compromissos.

O extrato juvenil encontra-se diluído entre diversas identidades moldadas no (e pelo) consumo, ou nas redes sociais e precariamente vinculada ao mercado de trabalho formal e aos movimentos sociais e políticos tradicionais, e com laços também precários e baixa lealdade as instituições e lideranças políticas. Recuperando a importância de Mannheim (1952), trata-se da emergência de uma geração juvenil que tanto urgente uma sociologia mais profunda da juventude brasileira, com implicações profundas na governança e do papel das instituições.

Embora o desemprego tenha se reduzido na última década, isto não significa que sindicatos, partidos e movimentos sociais tenham absorvido tais segmentos em sua estrutura organizacional, e isto sinaliza, evidentemente, para a fragilidade dessas instituições. Esse é o segundo ponto. A baixa capacidade de respostas das instituições tradicionais frente aos problemas existente criou um campo para manifestações não “tuteladas” por elas. É nesse sentido que a taxativa de “*alienação*” da juventude merece qualificação adequada para que possa ser levada a sério.

Em terceiro lugar, e de modo mais profundo, as ações coletivas adquiriram caráter espontâneo e explosivo no vácuo das instituições tradicionais. Tal dimensão “anti-institucional” não implica em anarquia: o cotidiano de assembleias presenciais e virtuais para sistematização de pautas de reivindicação direcionadas aos legislativos e executivos demonstram que a pressão dirige-se a estas instituições, reconhecendo (intencionalmente ou não) sua legitimidade e eficácia. Aqui, para usar os consagrados termos Hirschman (1991), é como se a “*voz*” (protesto) operasse a favor da “*lealdade*”.

Um quarto a polarização ideológica entre governo (petista 2003 em diante) e oposição (PSDB/ DEM, e outros) e a confusão ética resultante de escândalos de corrupção levou a comportamentos distintos nos últimos anos. Uma minoria se posicionou em prol de uma ou outra, e a maioria tenha se posiciona de modo apático, o que importa é que uma minoria conjugou a negação de ambas as forças e ativismo político, sendo essa última passou a sobrepor-se a apatia política em meados de 2013. É difícil prever as consequências da junção entre ativismo polarizado esquerda/ direita e negação e ambos em 2014, mas é certo que o extremismo anti-partidário tem preocupado a medida que ganha relevância.

Em quinto, as elites políticas de ambos os lados do espectro ideológico, apegadas ao tradicional “jogo de compromissos” e acomodação, estiveram pouco atentas às manifestações e apresentaram baixa capacidade de resposta imediata, exceto para a repressão. Inauguraram outdoors e desengavetaram planos de melhoria urbana. Entretanto, a ação policial decorre do déficit de compreensão da fenomenologia dos agentes e coletividades políticas que se vem formando antes e no curso das manifestações. Algo que dificulta o diálogo e cristaliza a impressão de má fé vai além da diferença de idade entre representantes políticos e este eleitorado. Trata-se das diferenças de linguagem e percepção quanto à possibilidade de comunicação. Os gabinetes, ou o plenário e a rua falam línguas distintas.

De modo mais preocupante, há fortes indícios de diferenças de linguagem e compreensão da realidade aprofundam o fosso entre essa nova geração e a representação política. Cumpre, enfatizar que, nesta e nas próximas duas décadas, o Brasil atravessa o fenômeno da transição demográfica, ou “bônus demográfico”. Há tanto a redução das taxas de natalidade e peso econômico maior dos jovens na população economicamente ativa. Essa população jovem, mais escolarizada, e que ingresso no mercado de trabalho na última década oferece um peso eleitoral e econômico na sociedade devido à redução da dependência intergeracional (de crianças e idosos). Porém, essa geração já se opõem em aspectos diversos ao status quo político. Uma geração rápida, e instituições lentas.

3.3. Instituições lentas

Em uma interpretação a lá Huntington (1975), *Strictu sensu*, não houveram ataques às instituições, mas um questionamento à capacidade de representação. Elas adquiriram caráter massivo na medida que as instituições – e os atores a sua frente - apresentaram baixa capacidade de previsão, processamento e resposta as demandas sociais. Diversamente, seja em termos de mudanças legais e de políticas públicas, as respostas rápidas das instituições após as manifestações mostraram que estas são ágeis quando estão sob forte pressão da opinião pública.

Em contrapartida, são lentas e operam com alto custo quando se trata do jogo usual da representação parlamentar e ação de grupos de pressão. Isso ocorre devido à prioridade dos governos, notadamente no âmbito subnacional, para a popularidade no curto prazo. O problema é que temas complexos que envolvem planejamento de longo prazo são protelados. Exemplos nesse sentido são as políticas públicas de mobilidade urbana e a qualidade da educação.

Há quatro hipóteses sobre o porquê isso ocorre. A primeira refere-se aos efeitos inerciais da crise dos anos 1980 e 1990, que reduziram a capacidade e de planejamento estatal de longo prazo, aspecto este não sanado plenamente na última década. Em segundo (década de 1990) avolumou-se a interpenetração de interesses privados no setor público, *pari passu* com a (terceira hipótese) oligarquização das instituições partidárias, e ambos imbricados com o patrimonialismo no setor público brasileiro (quarta hipótese).

O efeito conjunto desses fatores minou a capacidade dos governos anteciparem demandas sociais. Operou-se um déficit de institucionalização e engendrou o *gerencialismo de fachada* como retórica dos governos, isso enquanto o gerencialismo real apresentou resultados modestos. Mesmo mandatários que advogaram reformas gerenciais radicais mantiveram fortes traços patrimonialistas nas máquinas partidárias e sobre seu séquito de cargos comissionados. Tais fenômenos não são novos.

Um dos problemas centrais para a lentidão dos governos em atender o interesse público consiste na assimetria de poder entre diferentes grupos de interesse da sociedade civil vis-à-vis às elites econômicas. No caso do Brasil parte da indecibilidade dos legislativos sobre temas importantes para a sociedade decorre do desequilíbrio das disputas, em que o financiamento privado de campanhas eleitorais promove o enriquecimento ilícito da elite política. Quais as razões?

A flexibilidade ética dos agentes públicos constitui-se, via de regra, em critério de mobilidade social ascendente aos que aspiram tornar-se representantes eleitos. Mandatários conservam relações promíscuas com elites econômicas, e relações oligárquicas dentro da máquina partidária que se transmutam em patrimonialismo nos governos. Medidas como a Lei de Acesso à Informação, espaços de participação e redução do número cargos comissionados reduzem mais a distância entre eleitores e elite política do que atacar as subvenções dos mandatários. A identificação desse problema como nodal levou a quatro votos de ministros do Supremo Tribunal de Federal a suspenderem o financiamento privado (ABREU, 2013).

A partir de conceitos de anomia de Durkheim (2002) e oligarquização de Michels (1982) aplicado aos países que entraram no ciclo de modernização pós II Guerra Mundial, Huntington (1975) apresenta uma posição comedida sobre associedades em mudança. O estágio avançado da modernidade é a institucionalização, o que pressupõe governança, capacidade de resposta, adaptação, renovação e permeabilidade. Diversamente, modernização ocorre em paralelo com a maior velocidade das transformações sociais, e isso eleva a percepção das gerações mais jovens da ineficiência estatal.

Os jovens não veem como legítimas as práticas, usos e costumes na relação Estado-sociedade a que seus pais ao longo da vida resignaram-se a aceitar. Os jovens contestam a legitimidade e prática política antes vista como tradição. A institucionalização vai além da existência de regras, normas e obediência destas, trata-se do reconhecimento social da legitimidade dos governos. Ocorre que a oligarquização nas sociedades em mudança sinaliza no sentido inverso a modernidade, ou seja, para a baixa permeabilidade, ossificação, baixa renovação e baixa capacidade de resposta, corroendo o lastro de legitimidade dos governos e ameaçando a democratização.

O déficit de representação cria-se um hiato entre as elites políticas e povo, recuando a institucionalização e elevando o número e intensidade dos conflitos. Paralelamente, a melhoria nos padrões de vida e maior escolarização elevam à associação entre problemas cotidianos com a responsabilização dos governos, apontando para a emergência do eleitorado mais exigente e menos tolerante a desvios do poder público. A orientação para o comportamento ideológico é maior também nestes contextos (NORTH, 1981; PIZZORNO, 1968).

Das cinco metas propostas pelo governo a mudança das regras eleitorais tem sido a menos abordada nas manifestações. O fato é que propostas de reforma política são levantadas em períodos de crise política e desvanecem em anos eleitorais. Mudanças tangenciais são aprovadas pela impossibilidade de serem criadas maiorias legislativas. Maior consenso ocorre quanto a redução do acesso dos novos partidos ao tempo de TV e fundo partidário (ROUSSEFF; CARDOZO; CONGRESSO NACIONAL, 2013).

Os partidos agem no sentido de protegerem seus mercados eleitorais e reduzirem a fatia de mercado das agremiações partidárias adversárias. É emblemático, portanto, que na medida que o status quo seja questionado a reação seja se dê para fortalecer o status quo das oligarquias partidárias. Esse cenário confirma os prognósticos de diversos estudos no sentido da oligarquização e menor controle dos governados sobre os governantes (MICHELS, 1982; SANTOS, 1989).

A Lei de Ferro das Oligarquias choca-se diretamente a experiência política das novas gerações. A baixa confiança institucional e baixo engajamento em movimentos sociais, partidos e grupos de pressão, conviverá com a elevação do ativismo político ao passo que aprofunda-se o caráter não institucional das manifestações. O bônus demográfico juvenil apresenta clara vantagem econômica, mas risco político em face da baixa permeabilidade institucional a essa geração.

Exemplo do déficit institucional decorre, por exemplo, de que propostas aprovadas – vide destinação dos royalties do petróleo do Pré-Sal para a educação e lei que transforma corrupção em crime hediondo - não são, necessariamente, contadas como vitórias. As instituições não devem esperar mudanças de ânimo da população, elas devem ser artífices dessa mudança. Esse comportamento sinaliza que essas instituições precisam mudar, caso contrário perderão legitimidade. Porém, se as organizações persistirem lentas e com baixa permeabilidade, serão vistas como corruptas e pouco permeáveis, e terminarão por reduzirem seu lastro social, inadequação estrutural e, por fim, abrindo espaço ao extremismo.

Ao mesmo tempo os governos estão desafiados a manutenção das bases de apoio do legislativo. A desconfiança e o pessimismo precisam dar lugar a uma perspectiva proativa por parte dos governos, melhorando as políticas públicas por meio do planejamento governamental. Mas não é certo que isso se dê. Para tanto precisam implantar de uma agenda positiva via executivo, mas podem pressionar mais frente a incerteza política generalizada. Se forem capazes de “absorver a energia das ruas” e gerar políticas eficazes, corresponderão as expectativas da população, contribuindo para a democracia.

4. Considerações finais: das ruas às urnas (2013/14)

O efeito imediato das manifestações se deu na redução da popularidade dos governos (IBOPE; CNI, 2013), a segunda na definição, aprovação e implantação de propostas que atendessem as demandas por qualidade das políticas públicas (ROUSSEFF, 2013a, b), sobretudo mobilidade urbana e educação. Essa política consiste em uma resposta a situação de incerteza eleitoral.

Antes destes incidentes poucos afirmariam que a presidenta Dilma teria ameaçada em sua reeleição. Entretanto, no início de 2014 Dilma retoma sua popularidade devido ao progresso de algumas políticas. Nesse ponto há de se considerar a baixa qualidade da oposição como alternativa política. Mais pelo fato das manifestações atingiram indistintamente governo e oposição. É perceptível a redução do carisma e marketing na avaliação dos governos. Eleitores demonstram estarem mais calcados na efetividade das políticas públicas. Porém, é ilusório crer que, no médio prazo, isso mude consideravelmente a postura dos governos. É também ilusório que a ação direta via manifestações e o ativismo político via novas tecnologias substitua os partidos e movimentos sociais, o que importa é que podem levar a mudanças nessas organizações no sentido de abranger e ordenar essas novas demandas. Movimentos clássicos temem que organizações extremistas ameacem também seus nichos e governo.

Uma questão adicional é se esse haverá ampliação ou restrição da democracia. É bastante provável que o Brasil seguirá a tradição democrática, porém com mudanças substanciais. As conclusões aqui desenvolvidas apontam em quatro eixos: elevação dos níveis de incerteza institucional, mensurável pela alienação e volatilidade eleitoral, fechamento institucional evidente decorrente do investimento em instituições de controle e segurança, investimentos cada vez maiores em diversão.

Por sua vez, os efeitos em termos de governança são ambíguos, pois os governos podem melhorar pontualmente em uma outra política, porém a melhora generalizada das políticas e da gestão públicas é mais complexo e envolve a mudança da cultura política de parcelas consideráveis da elite partidária. Não se sabe se isso corre independentemente do sistema partidário, e, mais especificamente quais os impactos disto no partido ou coalizão política governante, especialmente no PT, em seu braço burocrático-sindical-corporativista, na *realpolitik* de seus dirigentes e na evolução do estilo de pensamento padrão de sua *intelligentsia*.

Deste prisma a Copa e as Olimpíadas seriam os eventos a efetuar um efeito de travamento em trajetória (lock-in) a delinear um efeito de subordinação de rota (*path dependency*), na forma de aprendizado e acúmulo de mudanças e elementos na morfologia das instituições do Estado Brasileiro. Independe de quem se eleja em 2014, ou de qualquer orientação normativa presente nesse diagnóstico, a governabilidade será distinta após a Copa do Mundo e Olimpíadas

Os governos estão cada vez mais preocupados em reduzir a paralisia governamental. Porém, essa meta esbarra nos custos de transação (COASE, 1960, 1988) entre governo, coalizão legislativa e grupos de interesse. Falta um diálogo entre essa perspectiva e a teoria do presidencialismo (ABRUCIO, 1998). Em especial, o pragmatismo exacerbado frente para manter coalizões frágeis tem sido um argumento em prol da mudança do sistema político. O rol de medidas de segurança que estão sendo planejados para garantir a Copa 2014 e Olimpíadas 2016 sinaliza para uma restrição das liberdades democráticas. No caso de uma reeleição e Dilma, teme-se a emergência de grupos de extrema direita. E no caso da oposição, teme-se que segmentos questionem a nova orientação governamental. Em ambos os casos, propostas legais difusas que definem atividades terroristas já se encontram em curso (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013), e em certa medida foram usadas já em meados de 2013 por governos estaduais de distintas orientações ideológicas.

Como pano de fundo, há pouco diagnóstico que compreenda que o atual déficit de institucionalização política da atual juventude é um efeito de longo prazo da fragilidade dos

mecanismos de socialização política (institucional) de longo prazo que deveria ser provida pelas instituições vigentes. Como é pouco provável que tais instituições se mostrem permeáveis a esse extrato etário, a tendência é de se aprofundar o fosso.

De claro o que se nota nas classes políticas é apenas uma tendência latente ao protelamento de conflito inter-geracional, ao mesmo tempo em que é incerto se teremos uma transição suave ou negociada. Um cenário de ruptura mais drástico depende de fatores da micro-sociologia das organizações que vai além dos objetivos dessa análise. Os partidos tem a frente o desafio de apresentarem listas de proporcionais que busquem representar essa geração como medida de reduzir mudanças no mercado eleitoral na forma de alienação eleitoral, politização tutelada e não tutelada e extremismo político.

Do exposto acerca das temáticas da reforma política tão centrais nos processos de mobilização coletiva, realça-se a posição da constituição como um pacto geracional a qual vem a ser uma ideia muito forte associada a resposta institucional de longo prazo. Tal compromisso remete ao que determinados autores descrevem como o “paradoxo da democracia”, significando este que “cada geração deseja ser livre para criar vínculos para seus sucessores, e ao mesmo tempo não ser vinculada aos seus decisores” (CANOTILHO, 2003; ELSTER, 1979). Equilibrar essa equação dependerá, em parte, dos efeitos de longo prazo das atuais políticas que atingem a juventude.

Referências

- ABREU, Diego. *Para valer em 2014, regra das doações precisa ser votada até julho - Política - Correio Braziliense*. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/12/13/interna_politica,403211/para-valer-em-2014-regra-das-doacoes-precisa-ser-votada-ate-julho.shtml>. Acesso em: 27 jan. 2014.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os barões da Federação : os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec :, 1998.
- ALMEIDA, Alberto. Cada vizinho cuida do que é seu, o Governo do que é Público. *Insight Inteligência*, v. 25, p. 29–39, jun. 2004.
- ARON, Raymond, 1905-1983. *18 lectures on industrial society; translated [from the French] by M. K. Bottomore*. London: Weidenfeld&Nicolson, 1967.
- CALDEIRA, Vinicius Brant. *Crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003. Disponível em: <<https://bdigital.sib.uc.pt/jspui/baes/handle/10316.1/2362>>. Acesso em: 1 fev. 2014.

- CAPITAL CAPITAL, Redação. *Nova classe média incomoda parte da velha classe média, aponta Data Popular*. Artigo. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/nova-classe-media-incomoda-a-velha-classe-media-aponta-data-popular>>. Acesso em: 25 jan. 2014.
- CHAUÍ, Marilena. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. *Teoria e debate*, n. 113, 27 jun. 2013a. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full>>.
- CHAUÍ, Marilena. Pela responsabilidade intelectual e política. *Revista Cult*, v. 182, 27 jun. 2013b. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2013/08/pela-responsabilidade-intelectual-e-politica/>>. Acesso em: 24 jan. 2014.
- COASE, Ronald Harry. Problem of Social Cost, The. *JL & econ.*, v. 3, p. 1, 1960. Acesso em: 1 fev. 2014.
- COASE, Ronald Harry. The Nature of the Firm: Influence. *Journal of Law, Economics and Organization*, v. 4, n. 1, p. 33–47, 1988.
- DURKHEIM, Émile. *Suicide: a study in sociology*. London: Routledge & K. Paul, 2002.
- ELSTER, Jon. *Ulysses and the sirens*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- FARIAS, Lindbergh. *Proposta de Emenda Constitucional nº 51 2013 - Desmilitarização do modelo policial Policias*. Brasília. 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=114516>. 24 set. 2013
- FUCS, José *et al.* O arrocho da classe média. *Revista Época*, 00000, 10 jun. 2013. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/vida/noticia/2013/06/o-arrocho-da-classe-media.html>>. Acesso em: 25 jan. 2014.
- HARDT, Michael. *Folha de S.Paulo - Poder - Protestos recusam representação política por uma “democracia real”, diz professor dos EUA - 03/07/2013*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1305450-protestos-recusam-representacao-politica-por-uma-democracia-real-diz-professor-dos-eua.shtml>>. Acesso em: 24 jan. 2014.
- HARDT, Michael. La sociedad mundial de control. *Revista Euphorion*, 2005. Disponível em: <http://www.isel.edu.ar/assets/la_sociedad_mundial_del_control.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2014.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Massachusetts. Harvard University Press, 2009..Acesso em: 24 jan. 2014.
- HIRSCHMAN, Albert O. *The rhetoric of reaction : perversity, futility, jeopardy*. Cambridge, Mass. Belknap Press, 1991.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX; 1914-1991*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- HUNTINGTON, Samuel P. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. Forense Universitária; Ed. Universidade de São Paulo, 1975.
- IBOPE; CNI. *Pesquisa CNI-IBOPE Edição especial*. jul. 2013
- KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk. *Econometrica*, v. 47, n. 2, p. 263–291, 1979.
- MACHIAVELLI, Nicolai. *Discorsi: Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília. : Editora Universidade de Brasília, 1994. Cap. IV, pg's 32-33
- MANNHEIM, Karl. *The Problem of Generations. Karl Mannheim: Essays in the Sociology of Knowledge*. London: Routledge & Keegan Paul, 1928.
- MANNHEIM, Karl. The Sociological Problem of Generations. *Essays on the Sociology of Knowledge*, p. 306, 1952. Acesso em: 24 jan. 2014.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília - DF: Editora Universidade de Brasília, 1982. v. 53.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. *Portaria Normativa nº 3.461 - “Garantia da Lei e da Ordem”*. Brasília. 2013. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2014. 19 dez. 2013
- NORTH, Douglass Cecil. *Structure and change in economic history*. 1. ed. New York: Norton, 1981. (, Accessed from <http://nla.gov.au/nla.cat-vn3989487>).
- OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 1999. v. 16.
- PIZZORNO, Alessandro. *Introduzione allo studio della partecipazione politica. Quaderni di sociologia*, v. 15, n. 3-4, p. 235–287, 1966.
- PIZZORNO, Alessandro. Political exchange and collective identity in industrial conflict. *The resurgence of class conflict in Western Europe since*, v. 2, p. 277–298, 1968.
- POWER, Timothy J.; COSTA, Sylvio. *Protestos não ajudarão direita, diz brasileiro*. Brasília. 2013.. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/protestos-nao-ajudarao-direita-diz-brasileiro/>>. Acesso em: 27 jan. 2014, 29 jul. 2013
- ROCHA, Renato Aguiar, Ralf Dahrendorf, Marco Antônio Esteves da. *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- ROUSSEFF, Dilma. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante reunião com governadores e prefeitos de capitais*. Página. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-com-governadores-e-prefeitos-de-capitais>>. Acesso em: 29 jan. 2014a.

- ROUSSEFF, Dilma. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Sessão Plenária do Fórum Econômico Mundial 2014*. Brasília. 2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-sessao-plenaria-do-forum-economico-mundial-2014>>. Brasília. 21/06/2013. Acesso em: 25 jan. 2014. 24 jan. 2014
- ROUSSEFF, Dilma. *Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV*. Página. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>>. Brasília. 24/06/2013. Acesso em: 29 jan. 2014b.
- ROUSSEFF, Dilma; CARDOZO, José Eduardo; CONGRESSO NACIONAL. *Lei nº 12875, de 30 de outubro de 2013 - modifica o acesso ao tempo de TV e fundo partidário*. Brasília. 2013. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=31/10/2013&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=120>>, 30 out. 2013
- SANTOS, Wanderley Guilherme Dos. *El Siglo de Michels. Muerte Y Resurrección - Los Partidos*. Santiago: Flacso, 1989.
- SOARES, Luiz Eduardo. *A classe média descobriu a brutalidade policial, que os pobres e negros nunca ignoraram*. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/cultura-e-lazer/segundo-caderno/noticia/2013/06/a-classe-media-descobriu-a-brutalidade-policial-que-os-pobres-e-negros-nunca-ignoraram-4185349.html>>. Acesso em: 2 ago. 2013.
- TOCQUEVILLE, Alexis De. *A democracia na América: leis e costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- TOCQUEVILLE, Alexis De. *The Ancien Regime and the French Revolution [by] Alexis De Tocqueville; translated [from the French] by Stuart Gilbert; with an introduction by Hugh Brogan*. London: Fontana, 1971.
- VERSIGNASSI, Alexandre. *Como o tomate ficou com preço de ouro – Crash. Superinteressante*. São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/blogs/blogs/crash/o-caso-do-tomate-de-ouro/>>. Acesso em: 27 jan. 2014. 9 abr. 2013
- WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado*, Citedby 0019, v. 25, n. 2, p. 205–224, ago. 2010. Acesso em: 13 ago. 2013.